

Paraná, Março de 2023



Mecanismo de busca jurisprudencial agora se chama Falcão



Falcão é o novo nome do [sistema de buscas jurisprudenciais](#), disponível no site do Tribunal. Trata-se de uma homenagem ao ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Luiz José Guimarães Falcão, que também presidiu o TRT paranaense entre 1979 e 1980 e é o decano entre os presidentes do Tribunal. O mecanismo de pesquisa foi lançado em agosto de 2022.

Recurso de Revista - A nova atualização está disponível ao usuário desde o último dia 18 de março, e inclui o banco de dados de decisões de admissibilidade de recurso de revista. Com a atualização, o [Falcão](#) passa a disponibilizar a jurisprudência trabalhista de todos os

órgãos julgadores da 2ª Instância do TRT-PR, assim como do TST, do STJ e do STF.

Além da alteração no conteúdo pesquisado e da mudança de nome, o buscador [Falcão](#) também mudou sua interface gráfica, que tem um design mais intuitivo. Na página inicial, as principais categorias pesquisadas já aparecem, assim como a nova marca.

A funcionalidade permanece igual. Basta digitar o assunto desejado na barra de texto e clicar na lupa. Depois, a pesquisa pode ficar mais precisa ainda, com a filtragem por data, por relatora ou relator, órgão julgador e classe de processo.



Presidente do TST entre 1991 e 1993, Luiz José Guimarães Falcão nasceu em Porto Alegre (RS) em 1934 e participou da composição original do TRT da Nona Região, que tinha jurisdição sobre o Paraná e Santa Catarina, presidindo-o entre 1979 e 1981, ano em que foi nomeado ministro do TST, onde foi corregedor-geral da Justiça do Trabalho (1986 a 1988), vice-presidente (1988 a 1991) e presidente (1991 a 1993). Na Presidência, instalou os TRTs da 19^a, 20^a, 21^a, 22^a, 23^a e 24^a Regiões e ampliou a composição dos tribunais regionais da 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 8^a, 9^a, 10^a e 11^a Regiões. Aumentou o número de varas do trabalho em 724 unidades em todo o Brasil e criou 1.000 mil cargos de Juiz do Trabalho no primeiro grau. Aposentou-se da magistratura em 1995.

Hoje de volta à advocacia, o ministro aposentado vive em Brasília. Para saber mais sobre ele, é possível assistir à entrevista concedida ao Projeto Memória do TRT-PR no vídeo abaixo.



Agora temos podcast!



O antigo sonho de um espaço de conversa sobre o dia-a-dia da comunidade que compõe o Tribunal foi realizado. Está no ar nosso primeiro podcast. A partir dessa edição, toda semana haverá um novo programa, na plataforma Spotify. Para ouvir, clique [AQUI](#).

Páscoa Solidária bate recorde



Solidariedade e empatia marcaram a Campanha de Páscoa do TRT9 neste ano, que arrecadou **2.174** caixas de bombons. A CRSA agradece a colaboração de servidores e magistrados, gesto que representa partilha e compromisso com o próximo.

Em todo o Paraná, unidades da Justiça do Trabalho arrecadaram, no último mês, doces e presentes para famílias atendidas por projetos sociais. Dezenas de Varas do Trabalho e setores administrativos se mobilizaram e conquistaram um resultado recorde. Só na região de Curitiba, foram recebidas 2.174 caixas de bombons. Mais que o dobro da arrecadação do ano passado.

Veja algumas das campanhas:



Campanha das VT Apucarana. Doação de 342 pacotinhos com doces e chocolates para o Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira de Apucarana - PR (342 alunos).



O Fórum de Umuarama arrecadou 65 caixas de bombons. As caixas serão entregues às crianças da comunidade do Parque Jaboticabeiras e aos terceirizados.



Na campanha do fórum de Paranaguá arrecadamos até o momento 67 caixas, que serão doadas para a ASSEPAR e para os trabalhadores terceirizados do fórum.



Primeira entrega em Arapongas! 100 caixas para a comunidade atendida pela Paróquia Santa Rita.



Campanha da 1ª VT Pato Branco. Doação de 56 Caixas de bombons para o CEU - Centro de Artes e Esportes Unificado de Pato Branco.

Trajetória feminina no Judiciário está disponível no site



O material interativo da mostra Mulheres no Judiciário, inaugurada no último dia 10 de março, em Curitiba, agora poderá ser visitado também pela Internet. A iniciativa é para democratizar o acesso ao acervo, para toda a população, mas especialmente para magistrados e servidores que se encontram no interior, ou, mesmo em Curitiba, não têm disponibilidade para comparecer ao Centro de Memória, onde encontram-se os totens que exibem a linha do tempo da participação das mulheres no Poder Judiciário. Para acessar a página de curiosidades, [clique aqui](#). Para acessar a linha do tempo, [clique aqui](#).

Advogados reforçam acervo do Projeto Memória

Depoimentos gravados por advogados que têm militância histórica na Justiça do Trabalho estão reforçando o Projeto Memória, que documenta em vídeo relatos de quem viveu e vive a construção da identidade do Tribunal. Na última semana, foram incorporados ao acervo os testemunhos dos advogados Geraldo Vaz e Cláudio Ribeiro. Ambos já haviam participado do projeto, há 10 anos, e agora trouxeram novas descrições e visões sobre a Justiça do Trabalho no Paraná. Nos trechos abaixo, ambos falam da militância política durante o regime militar.



Entrevista com Geraldo Vaz



Entrevista com Claudio Ribeiro

Já contou o seu caso?

LIVRO DE MEMÓRIAS

TRT-9ª REGIÃO
Paraná

CONTE UM CAUSO DO TRIBUNAL

O TRT-PR está editando um livro com crônicas, causos, relatos e memórias de quem viveu e vive essa história.

Mande seu relato para ascom@trt9.jus.br



Multas trabalhistas auxiliam Corpo de Bombeiros de Cascavel a adquirir equipamento de salvamento



O 4º Grupamento do Corpo de Bombeiros de Cascavel, Oeste do Paraná, recebeu um novo equipamento desencarcerador, no dia 3 de março último, em solenidade que contou com a presença da juíza titular da 1ª Vara do Trabalho de Cascavel, Ingrid Müzel Castellano Ayres Barreiros, e do Ministério Público do Trabalho, representado pelos procuradores Anderson Luiz Corrêa da Silva e Renato Dal Ross.

Na solenidade, a juíza Ingrid Müzel Barreiros também foi agraciada com a comenda Amigo do Bombeiro, concedida àqueles que contribuem de forma relevante com aquela corporação militar. Ela conta que, para aquisição do novo aparelho, foram destinados R\$268,9 mil, provenientes de multas por descumprimento da legislação trabalhista, em uma Ação Civil Pública que tramitou na 1ª Vara do Trabalho de Cascavel. O processo foi ajuizado em 2009, pelo Ministério Público do Trabalho, contra a uma empresa do ramo de saúde daquele município, mas a solução para o caso veio somente após audiência de conciliação realizada em novembro de 2022, já durante a fase processual de execução. "O

equipamento é capaz de reduzir em metade o tempo de socorro da vítima de acidente. Foi um valor devolvido à população e que será utilizado para salvar vidas. Essa é a função da Justiça”, ressaltou a juíza.

Para o corpo de Bombeiros, o conjunto desencarcerador portátil é fundamental para salvamentos. Segundo o Tenente-Coronel Rogério Lima de Araújo, a maioria dos atendimentos da corporação envolve acidentes de trânsito, e com frequência há a necessidade de liberar as vítimas das ferragens. “Este equipamento vem a contribuir muito no tempo de liberação dessas vítimas, uma vez que é de última geração e possibilita a operação numa velocidade maior, com maior segurança e com maior eficiência”, constata.

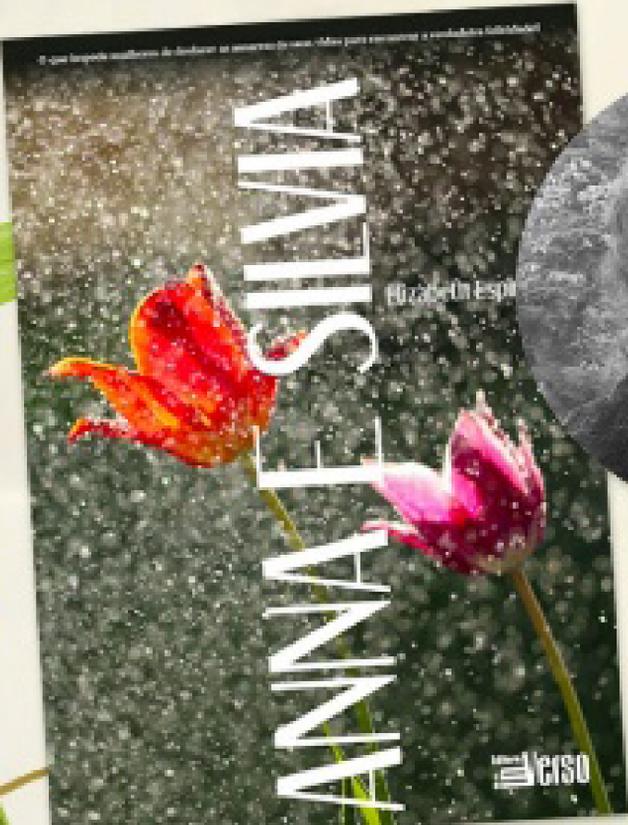
O comandante do 4º Grupamento do Corpo de Bombeiros de Cascavel conta que o equipamento é capaz de exercer uma força de 20 toneladas e pode servir também em outras situações além do trânsito, como acidentes de trabalho, inclusive. “Esse tipo de equipamento ajuda na liberação de membros de trabalhadores que os prendem em máquinas, assim como quedas de objetos sobre pessoas, em que o equipamento possibilita o levantamen-

to do objeto e a liberação”, observa.

Somente em Cascavel, no ano passado, houve 4.217 acidentes, com um total de 1.189 vítimas (21 fatais). Em relação ao ano de 2021, houve uma redução de 30% no número de óbitos, tendência de queda que, espera-se manter neste ano.

Além da desencarceradora movida a bateria, a ação que tramitou em Cascavel possibilitou ao Conselho de Segurança de Marechal Cândido Rondon a aquisição de 13 fuzis AR, calibre 5.56, que equiparam o Batalhão de Polícia de Fronteira da Polícia Militar do Paraná.

Anna e Silvia é o segundo romance da escritora e servidora Elizabeth Espinoza



LANÇAMENTO

MULHERES QUE ESCREVEM
especial mês da mulher

Anna e Silvia
De Elizabeth Espinoza

25 MAR, SÁB. das 10h às 13h
na casa InVerso

R. Dr. Goulin, 1523,
Alto da Glória, Curitiba - PR

InVerso

“Anna e Silvia” é o segundo romance da escritora [Elizabeth Inez Espinosa](#), que também é servidora do TRT-PR. Lançada no último sábado (25), o livro traz a multiplicidade do feminino por meio das diversas narrativas traçadas pelo olhar da autora, que conta a história de duas mulheres (Anna e Silvia) que, apesar de bastante distintas quanto às personalidades, descobrem uma vida bastante semelhante. Elizabeth conta que, no livro, as mulheres se conhecem, mas não são tão amigas. Anna é a narradora que conta a história de Silvia. “Anna tem uma personalidade mais forte, mas não sabe lidar com certas situações que aparecem. Então, a seu jeito, cada uma vai ter que desatar os nós que aparecem nos relacionamentos afetivos, com maridos, com filhos, com trabalho”, revela.

Com 30 anos de Tribunal, atualmente Elizabeth está lotada na Central de Mandados do Fórum do Trabalho de Curitiba. Ela chega ao seu quarto livro solo, além de participações em publicações coletivas. Elizabeth conta que, apesar de a escrita do Direito e da literatura serem distintas, uma complementa a outra. “Eu sempre tive facilidade com o português, então quando eu entrei no Tribunal eu já escrevia poesia e crônica”, lembra.

Ela afirma que o Tribunal é uma fonte de ins-

piração especialmente para as crônicas, na medida em que lhe permite conhecer fatos da realidade que, de algum modo, contam a história de nosso tempo. “Todas as nossas escritas têm fundamento no que a gente vive, seja no âmbito pessoal, no trabalho. Nesse trabalho de oficial de justiça, a gente acaba tendo muitas experiências, embora não tenha nada a ver com a Anna ou com a Silvia”, finaliza. Para adquirir o livro Anna e Silvia, basta acessar o site da editora InVerso, clicando [aqui](#).



Precedentes no Processo do Trabalho

Seminário

PRECEDENTES NO PROCESSO DO TRABALHO



18 e 19 de MAIO
Sede do TRT em Curitiba



O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR) divulga à comunidade jurídica a realização do “Seminário Precedentes”, que ocorrerá nos dias 18 e 19 de maio no Plenário Pedro Ribeiro Tavares, na sede da Instituição, em Curitiba (Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 528).

Tema frequente nos debates jurídicos, os precedentes são decisões predominantes dos tribunais que servem de norte para decisões posteriores similares, uniformizando casos repetitivos. O seminário buscará aprofundar o controverso tema em seus variados aspectos. Os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Aloysio Correa da Veiga (vice-presidente), Ives Gandra da Silva Martins Filho e Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, ambos ex-presidentes do TST, apresentarão conferências. A atividade contará com outros estudiosos do tema, entre desembargadores, juízes e professores. O magistrado aposentado do TRT-PR e professor - que também atua na advocacia - Manoel Antônio Teixeira Filho fará a conferência de abertura.

Ampla reflexão

O desembargador Edilson Vitorelli Diniz Lima,

do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (Minas Gerais), que integra bancas de avaliação de doutorados sobre o tema das demandas repetitivas, apresentará a palestra “A essencialidade do sistema de precedentes para a viabilização dos tribunais superiores em sua missão constitucional”.

Coautora do livro “Precedentes no Processo Do Trabalho” (Revista dos Tribunais), juíza do TRT da 14ª Região (RO/AC), Fernanda Antunes Marques Junqueira trará o tema “O modelo anglo-saxão de stare decisis horizontal”.

Já o juiz Cesar Zucatti Pritsch, do TRT da 4ª Região (Rio Grande do Sul), autor da obra “Manual de prática dos precedentes no processo civil e do trabalho: Atualizado conforme o CPC 2015 e a reforma trabalhista” (LTr) abordará “A adesão do TST ao modelo de corte de precedentes: algumas provocações”.

Outro convidado é o juiz do TRT da 24ª Região (Mato Grosso do Sul) Júlio Cesar Bebber, que apresenta conferências sobre precedentes e demandas repetitivas e é autor de diversos artigos sobre os temas, entre eles “O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o Incidente de Assunção de Competência

no Processo do Trabalho”, que integra a obra “Precedentes no Processo do Trabalho: Teoria Geral e Aspectos Controvertidos (Revista dos Tribunais). O magistrado proferirá no TRT-PR a palestra “IAC e IRDR no processo do trabalho: algo a melhorar?”

A programação completa do “Seminário Precedentes” está disponível [AQUI](#).

Eliminação de Autos Físicos de Arquivos

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR) iniciou o procedimento de eliminação de cerca de 100 mil autos de processos físicos dos arquivos de Curitiba, Londrina e Maringá.

O procedimento, orientado pelo Subcomitê de Avaliação de Documentos (SAD) – composto por magistrados de 1º e 2º graus, pelos coordenadores da Coordenadoria de Arquivo e Gestão Documental CAGD e da Divisão de Memória, Estudos e Pesquisa, servidores das áreas de História, Arquivologia, Direito, da Secretaria de Sistemas Administrativos e de Tec-

nologia e Informação de Sistema Judiciários – foi cancelado pelo Tribunal Pleno (Resolução Administrativa 147/2022) e está em consonância com a Resolução 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispôs sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

A resolução do CNJ estabelece parâmetros seguros para uma eliminação seletiva, no intuito de salvaguardar documentos que respaldam direitos do cidadão, além de preservar peças de relevância, como petições iniciais, sentenças e acórdãos, por constituírem patrimônio cultural nacional que compõe “o fundo arquivístico histórico do Poder Judiciário”.

Primeiramente será analisada a “temporalidade de guarda intermediária para destinação final” de processos originários das varas do trabalho de Curitiba (arquivados entre 2001 e 2005), de Londrina (acondicionados em caixas ano 2008 e 2010) e de Maringá (arquivados entre 2001 e 2004), assim como de autos de processos extintos sem julgamento de mérito ajuizados até 31 de dezembro de 2011, no

âmbito desses três fóruns, respeitado o corte cronológico.

O procedimento de eliminação contará com o apoio dos servidores das Varas do Trabalho envolvidas, que atuarão, em sistema de revezamento, nas unidades dos arquivos, onde receberão treinamento e orientação a fim de que possam identificar processos e documentos de valor histórico aptos receber o selo “Acervo Histórico”, colaborando, assim, para a preservação da memória institucional.

Edital

As atividades de eliminação são realizadas em cinco fases: conferência da temporalidade para destinação final; separação dos documentos permanentes e dos aptos à eliminação (que ficam na contracapa do processo); lançamento de dados do processo no Sistema de Inteligência Jurídica (SIJU) - dados constantes na certidão de análise; inserção do processo no edital de eliminação do SIJU; e atendimento ao público, no prazo de 45 dias, para extração de cópias ou peças desentranhadas.

Demais unidades

As varas do trabalho do interior que não possuem autos de processos custodiados pelos Arquivos de Curitiba, Londrina e Maringá serão orientadas Coordenadoria de Arquivo e Gestão Documental sobre o procedimento de eliminação.

TRT promove palestra “Protagonismo frente à saúde”, pelo Youtube, em 12/4

Palestra

PROTAGONISMO FRENTE À SAÚDE



Psicóloga

**Jocilaine Fernanda
Ferreira de Carvalho**

12/04 - 11h

Canal do TRT-PR no YouTube

- Não necessita inscrição prévia.
- Válida para adicional de qualificação.



O TRT, em parceria com a UNIMED Curitiba, promoverá a palestra "Protagonismo frente a saúde", no dia 12 de abril, quarta-feira, das 11:00 às 12:00.

Em formato online, e com transmissão pelo canal do Tribunal no Youtube, a palestra será proferida pela psicóloga Jocilaine Fernanda Ferreira de Carvalho, que abordará os seguintes temas: Saúde mental no Brasil, Prejuízo sistêmico e vulnerabilidade, Autorresponsabilidade, Protagonismo na Saúde, Pilares de apoio e Autocuidado.

Não será necessária inscrição prévia e a participação contará para fins de adicional de qualificação.

Mais informações podem ser obtidas junto à Seção Médico-Odontológica do TRT-PR pelo telefone (41)3310-7438.

Juiz e servidora autistas dão entrevista a desembargador



Em celebração ao dia 2 de abril, instituído pela ONU como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, o desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade do Tribunal, entrevistou o juiz Ricardo Fulgoni do Tribunal de Justiça do Paraná, e a servidora do TRT Fernanda de Almeida Santana. Ambos são autistas.

A servidora destacou a importância da data, especialmente no atual momento, em que, segundo ela, parte-se de um enfoque estritamente médico para uma visão mais social do autismo. “Estamos em um momento em que se debate o protagonismo das pessoas autistas, dentro das discussões e construções de políticas públicas, em que se fala não só do acesso à saúde ou educação, mas ao acesso a todos os direitos, de forma transversal, inclusive do direito ao trabalho e à Justiça”, concluiu Fernanda.

O juiz Ricardo Fulgoni também falou sobre essa mudança de enfoque: “Sob o paradigma social, a deficiência não é mais uma questão

peçoal, mas uma estrutura social. A deficiência está na interação entre o impedimento que a pessoa tenha, com as barreiras sociais". O magistrado contou que só foi diagnosticado com autismo na idade adulta, ao buscar tratamento para sintomas de depressão, durante a pandemia. Nesse período ele ainda buscava a aprovação no concurso para a magistratura. O juiz destacou a importância do diagnóstico, ainda que tardio: "foi revelador e me tirou uma carga de culpa, já que eu cresci ouvindo que eu era chato e enjoado".

Agradecendo a participação de ambos, o desembargador Ricardo Tadeu contou que a conversa foi uma prévia de evento presencial previsto para maio, quando se vai debater a neuroacessibilidade, com enfoque no autismo e na síndrome de Down.

Autismo

De acordo com o Manual de Saúde Mental – DSM-5, da Associação Psiquiátrica Americana (APA), o autismo pertence a um grupo de doenças do desenvolvimento cerebral conhecido por Transtornos do Espectro Autista (TEA). Consiste num distúrbio neurológico caracteri-

zado pelo comprometimento da interação social, comunicação verbal e não-verbal e comportamento restritivo e repetitivo. No mundo, segundo estimativa da ONU, mais de 70 milhões de pessoas são autistas.



Tribunal Regional do Trabalho
9ª Região | Paraná